

# GUIA RÁPIDO DE INFORMAÇÕES AO IMPORTADOR

Este material está dividido em 3 partes e tem por objetivo apoiar o importador brasileiro envolvido em processos de defesa comercial.

A **Parte 1** traz informações gerais sobre o processo e resposta para dúvidas frequentes.

A **Parte 2** trata da elaboração da resposta ao questionário

A **Parte 3** inclui informações sobre como enviar documentos para os processos por meio do Sistema Decom Digital

## SUMÁRIO

Guia rápido de informações ao importador .....	1
Parte 1: Informações gerais sobre o processo .....	2
O que é uma investigação de dumping? .....	2
Por que fui notificado?.....	2
Sou obrigado a participar da investigação? .....	3
Serei penalizado se não responder o questionário de defesa comercial? .....	3
Quais são os benefícios de se participar da investigação? .....	3
Quais são meus direitos em uma investigação? .....	3
Se forem aplicados direitos antidumping, quando e como eles serão cobrados .....	4
Há alguma outra forma de defender meus interesses nos processos de defesa comercial? .....	4
Parte 2: elaboração de resposta ao questionário DO IMPORTADOR .....	5
O que é o questionário do importador?.....	5
Qual o prazo para resposta ao questionário? .....	5
Como pedir prorrogação do prazo para resposta? .....	5
Qual o nível de proteção concedido à informação fornecida?.....	6
Como resolver dúvidas relacionadas ao preenchimento do questionário? .....	6
Parte 3: enviando documentos ao sdd .....	7
Primeiro Acesso e Configuração do Computador .....	7
A – Instalação e configuração do Java: .....	8
B – Configuração do Internet Explorer.....	10
C – Atualização dos certificados digitais de acesso ao sistema .....	12
Habilitação nos processos de defesa comercial.....	14
Passo a Passo para o envio documentos no SDD .....	14

## PARTE 1: INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O PROCESSO

### O QUE É UMA INVESTIGAÇÃO DE DUMPING?

É uma investigação que avalia a ocorrência de importações a preço de dumping que estejam causando dano à indústria doméstica de determinado produto e pode culminar na imposição de direitos antidumping a serem recolhidos pelo importador.

Uma empresa pratica dumping quando exporta um produto a um preço inferior àquele que pratica para o produto similar nas vendas para o seu mercado interno (valor normal). Uma medida antidumping é aplicada para mitigar os efeitos danosos das importações a preços de dumping e restaurar a justa competição. Uma medida antidumping só pode ser aplicada se três fatores estiverem presentes: (1) dumping, (2) dano à indústria doméstica e (3) relação causal entre as importações a preços de dumping e o dano sofrido pela indústria doméstica.

Informações detalhadas a respeito das investigações de dumping podem ser encontradas no Guia de Investigações antidumping, disponível no seguinte endereço:

<https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/comercio-exterior/defesa-comercial-e-interesse-publico/guias>

### POR QUE FUI NOTIFICADO?

Nos termos do art. 50 do Decreto no 8.058, de 26 de julho de 2013, as empresas brasileiras que importaram o produto objeto da investigação no período de investigação de dumping serão notificadas do início da investigação e receberão questionário solicitando informações gerais sobre a empresa, bem como dados detalhados acerca das importações do produto supracitado, das despesas de internação relacionadas a essas importações, do produto importado e de eventuais vendas desse produto.

#### O que fazer se eu for notificado sem ter importado o produto que está sendo investigado?

A identificação dos importadores ocorre por meio dos dados detalhados de importação fornecidos pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil - SERFB. Como a definição do produto nem sempre se encaixa exatamente na descrição da classificação tarifária da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, a Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público - SDCOM, autoridade brasileira competente para a condução de investigações dessa natureza, realiza um trabalho de depuração para identificar apenas as importações do produto objeto da investigação.

Porém, devido a particularidades no preenchimento de algumas Declarações de Importação - DIs, esse processo está sujeito a raros “falsos positivos”, nos quais um importador que importou outro produto classificado na mesma NCM é identificado como importador do produto objeto da investigação. Nesses casos, o importador deverá protocolar documento nos autos pormenorizando as características do produto importado e identificar as razões de fato e direito que permitam à SDCOM descaracterizar tal produto como sendo ou não objeto da investigação.

## **SOU OBRIGADO A PARTICIPAR DA INVESTIGAÇÃO?**

Não. A participação em investigações de dumping é facultativa. Porém é recomendável que os importadores participem da investigação, pois a resposta aos questionários e os comentários dos importadores podem influenciar significativamente nos rumos da investigação e nos montantes que serão eventualmente cobrados a título de direito antidumping caso a investigação seja encerrada com aplicação de medida.

## **SEREI PENALIZADO SE NÃO RESPONDER O QUESTIONÁRIO DE DEFESA COMERCIAL?**

Não. A resposta ao questionário do importador é facultativa e não há nenhuma penalidade ou agravante aplicado aos importadores que optarem por não responder ao questionário. Mesmo que a empresa não responda ao questionário, ainda será considerada parte interessada na investigação e poderá se manifestar e consultar os autos do processo.

## **QUAIS SÃO OS BENEFÍCIOS DE SE PARTICIPAR DA INVESTIGAÇÃO?**

Como ao final da investigação podem ser aplicadas medidas antidumping que vão impactar diretamente no custo para se importar o produto, é de interesse dos importadores que seus argumentos sejam ouvidos ao longo do processo.

A participação ativa dos importadores pode, por exemplo, influenciar na definição do escopo do produto objeto da investigação ou revelar condições especiais aplicáveis a um mercado.

Nas investigações antidumping, as informações que motivaram seu início são provenientes da indústria doméstica fabricante do produto similar ao que está sendo investigado, de forma que é importante que ao longo do processo também sejam recebidas informações de outras partes integrantes da cadeia de consumo.

## **Preciso contratar um advogado para participar do processo?**

Não. Os processos conduzidos pela SDCOM não necessitam da intermediação obrigatória de um advogado. A própria empresa poderá responder ao questionário, habilitar-se nos autos e enviar manifestações sem a necessidade de um intermediário. Porém, dada a complexidade do assunto, nada impede que a empresa contrate um consultor ou advogado especialista na matéria, pois este profissional estará preparado para lidar com as especificidades da legislação aplicável.

## **QUAIS SÃO MEUS DIREITOS EM UMA INVESTIGAÇÃO?**

A todas as partes interessadas, assim consideradas nos termos do art. 45, §2º do Decreto nº 8.058, de 2013, é garantido o direito de submeter informações escritas aos autos, seja na forma de resposta ao questionário, de comentários aos dados constantes dos autos para defesa de seus interesses ou da apresentação de elementos de prova que possam auxiliar no embasamento da análise da SDCOM.

Também é direito dos importadores e de todas as demais partes interessadas o acesso aos autos, desde que seja feita a habilitação na forma da legislação aplicável.

Ainda, é facultada a qualquer parte a solicitação de audiência com as demais partes interessadas, a fim de permitir o exercício do contraditório e da ampla defesa.

## SE FOREM APLICADOS DIREITOS ANTIDUMPING, QUANDO E COMO ELES SERÃO COBRADOS

Conforme art. 84 do Decreto nº 8.058, de 2013, somente são cobrados direitos antidumping após a data de publicação do normativo que aplicou a medida. Mesmo que o produto já esteja em transporte no momento da publicação da medida antidumping, ao ser despachado para consumo haverá a cobrança do direito.

A cobrança é realizada pela SERFB nos termos da Lei nº 9.019, de 30 de março de 1995. A classificação da mercadoria importada com base na NCM é meramente indicativa e as medidas antidumping podem ser aplicadas a produtos importados sob códigos tarifários distintos do que consta do diploma legal que aplicou a medida, desde que o exame de suas características físicas e de mercado permita o enquadramento do produto como similar.

Alternativamente, poderá ser celebrado um compromisso de preços, no qual os produtores ou exportadores voluntariamente assumem o compromisso de revisão dos seus preços de exportação ou de cessação das exportações a preço de dumping destinadas ao Brasil. Contudo, é importante frisar que apenas o produtor/exportador pode solicitar que seja celebrado um compromisso de preços e este está sujeito à apreciação da SDCOM.

## HÁ ALGUMA OUTRA FORMA DE DEFENDER MEUS INTERESSES NOS PROCESSOS DE DEFESA COMERCIAL?

Caso seja de seu interesse, o importador também poderá solicitar ou participar da avaliação de interesse público relacionada à investigação em curso ou medida em vigor. A avaliação de interesse público tem por objetivo analisar a existência de elementos que excepcionalmente justifiquem a suspensão ou a alteração de medidas antidumping definitivas, bem como a não aplicação de medidas antidumping provisórias. Verifica-se presente o interesse público quando o impacto da imposição da medida antidumping sobre os agentes econômicos como um todo se mostrar potencialmente mais danoso, se comparado aos efeitos positivos da aplicação da medida de defesa comercial.

As avaliações de interesse público são regidas pela Portaria nº 13, de 29 de janeiro de 2020 e mais informações a respeito podem ser obtidas no Guia Consolidado de Interesse Público em Defesa Comercial, disponível [AQUI](https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/comercio-exterior/defesa-comercial-e-interesse-publico) ou acessando <https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/comercio-exterior/defesa-comercial-e-interesse-publico> >> Guias

### Serei taxado nas importações que já ocorreram?

Via de regra, a cobrança de medidas antidumping é efetuada apenas aos produtos importados despachados para consumo a partir da data de publicação da Resolução Gecex que aplique a medida.

Porém, em algumas situações específicas, definidas nos arts. 84 a 91 do Decreto 8.058, de 2013, pode haver a cobrança de direitos retroativos.

De todo modo, não serão cobrados direitos de importações cuja data do conhecimento de embarque seja anterior à data de início da investigação.

## PARTE 2: ELABORAÇÃO DE RESPOSTA AO QUESTIONÁRIO DO IMPORTADOR

### O QUE É O QUESTIONÁRIO DO IMPORTADOR?

Uma vez iniciada a investigação, serão enviados questionários a todos os importadores identificados, por meio dos quais serão solicitados dados sobre as importações e revendas do produto objeto da investigação.

Ao elaborar a resposta o importador deve ler atentamente as instruções contidas na parte textual do questionário e responder a todas as perguntas. Caso não haja resposta para campos numéricos, digitar o número zero; caso não haja resposta para campos alfanuméricos, digitar as palavras “nenhum”, “não aplicável” ou “não disponível”, conforme o caso, explicando a razão.

Juntamente com a resposta ao questionário, a parte interessada deverá enviar o termo de responsabilidade assinado, certificando a veracidade das informações contidas na resposta ao questionário, confirmando sua ciência de que essas informações estão sujeitas a verificação *in loco* e autorizando a SDCOM a utilizar as informações apresentadas.

#### Importante:

O questionário do importador consiste de duas partes que devem ser apresentadas quando for feito o protocolo da resposta: uma parte textual e uma planilha com as informações solicitadas. Ao responder o questionário, tanto o texto quanto a planilha devem ser apresentados.

Caso o importador apresente apenas um dos documentos a resposta poderá ser considerada incompleta e desconsiderada para todos os fins na investigação. Os arquivos eletrônicos deverão estar, necessariamente, no formato “.pdf” ou no formato “.xlsx”.

### QUAL O PRAZO PARA RESPOSTA AO QUESTIONÁRIO?

O prazo para resposta ao questionário é de 30 dias a partir da data da ciência, admitindo-se a possibilidade de prorrogação do prazo por mais 30 dias, conforme disposto no art. 50 do Decreto nº 8.058, de 2013. O importador poderá confirmar o prazo na notificação que lhe encaminhou o questionário ou na página da investigação, disponível em:

<https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/comercio-exterior/defesa-comercial-e-interesse-publico/investigacoes/>

### COMO PEDIR PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA RESPOSTA?

A prorrogação do prazo para resposta ao questionário é concedida individualmente mediante pedido protocolado no SDD. O importador deverá protocolar o pedido de prorrogação antes do vencimento do prazo original e não é recomendado esperar até o último dia do prazo para pedir a prorrogação, pois podem ocorrer imprevistos que impeçam o protocolo do documento.

Pedidos de prorrogação protocolados após o vencimento do prazo original não serão conhecidos. Na mesma linha, questionários protocolados fora do prazo também serão desconsiderados.

## QUAL O NÍVEL DE PROTEÇÃO CONCEDIDO À INFORMAÇÃO FORNECIDA?

Nos procedimentos de investigação antidumping conduzidos pela SDCOM, existem 3 (três) níveis de confidencialidade dos documentos e informações:

Público	Restrito	Confidencial
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Informações de domínio público, divulgadas no Diário Oficial da União e no sítio eletrônico da SDCOM.</li> <li>• Qualquer pessoa pode consultar essas informações.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Informações de acesso restrito às partes interessadas do processo em questão.</li> <li>• Apenas as partes interessadas e seus representantes legais devidamente habilitados podem acessar os autos restritos do processo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Informações sensíveis fornecidas pelas partes, seja devido à sua própria natureza, seja devido à justificativa fornecida pela parte que a submeteu.</li> <li>• Apenas a SDCOM possui acesso aos autos confidenciais do processo. Autoridades pertencentes à cadeia decisória podem ter acesso a pareceres e notas técnicas confidenciais</li> </ul>

Os importadores devem apresentar o questionário em duas versões: “restrita” (documento não público, acessível apenas às partes interessadas); e “confidencial” (documento acessível apenas à SDCOM).

Caso não haja informação confidencial, o documento poderá ser fornecido apenas em bases restritas. Porém, sempre que houver classificação de importações como “confidencial” o importador deverá apresentar também uma versão “restrita” do documento. **Caso apresente apenas arquivos confidenciais a resposta será desconsiderada.**

A classificação dos documentos como “Restrito” ou “Confidencial” deverá ocorrer no momento de seu protocolo no SDD. É, portanto, de responsabilidade da parte interessada a correta classificação destes documentos no sistema, a qual prevalecerá no caso de inconsistência entre esta classificação e o teor do documento enviado.

### Atenção:

Sempre que uma parte classificar um documento ou trechos de um documento como “confidencial”, deverá protocolar nos autos restritos justificativa de confidencialidade e resumo das informações, sob pena de o documento ser desconsiderado. Quando não for possível a apresentação do resumo restrito, a parte interessada deverá apresentar justificativa para tal circunstância, sob pena de ser desconsiderada a informação confidencial.

## COMO RESOLVER DÚVIDAS RELACIONADAS AO PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO?

Para esclarecer dúvidas o importador poderá entrar em contato pelo endereço da investigação que está indicado na notificação de abertura recebida ou pela caixa corporativa da SDCOM ([decom@mdic.gov.br](mailto:decom@mdic.gov.br)), indicando sempre a qual investigação a dúvida se refere.



## PARTE 3: ENVIANDO DOCUMENTOS AO SDD

Nesta sessão é possível encontrar informações sobre como configurar o computador para a utilização do Sistema Decom Digital - SDD e orientações de como enviar documentos e consultar processos.

### Atenção:

Para participar de uma investigação de defesa comercial em curso **é obrigatório que os documentos sejam protocolados no mesmo processo no qual tramitam os demais documentos da investigação**. O número do processo pode ser consultado na notificação recebida ou na página de investigações em curso: <https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/comercio-exterior/defesa-comercial-e-interesse-publico/investigacoes/investigacoes-de-defesa-comercial>

Ao protocolar documentos não deve ser utilizada a opção de se iniciar uma nova petição. Essa opção deve ser utilizada apenas para o início de novos processos de defesa comercial. No termo jurídico, petição é qualquer documento que protocolado nos autos, porém nos processos de defesa comercial considera-se petição o documento hábil para se solicitar uma nova investigação

## PRIMEIRO ACESSO E CONFIGURAÇÃO DO COMPUTADOR

O envio de documentos à SDCOM, bem como o acesso aos autos, se dá por meio do Sistema Decom Digital - SDD. Para acessar o sistema é obrigatório (1) utilizar o navegador **Internet Explorer**, (2) possuir um certificado digital no padrão A1 ou A3 emitido no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. Atualmente a maior parte das empresas já possui o certificado para o envio de declarações à Receita Federal.

No primeiro acesso ao SDD, o usuário realizará o seu cadastro, por meio do preenchimento de formulário específico e deverá também configurar o computador para que o sistema funcione corretamente. Caso a etapa de configuração não seja feita, o importador poderá enfrentar problemas para enviar documentos para o sistema.

O processo de configuração pode levar de 15 a 30 minutos. As configurações são divididas entre:

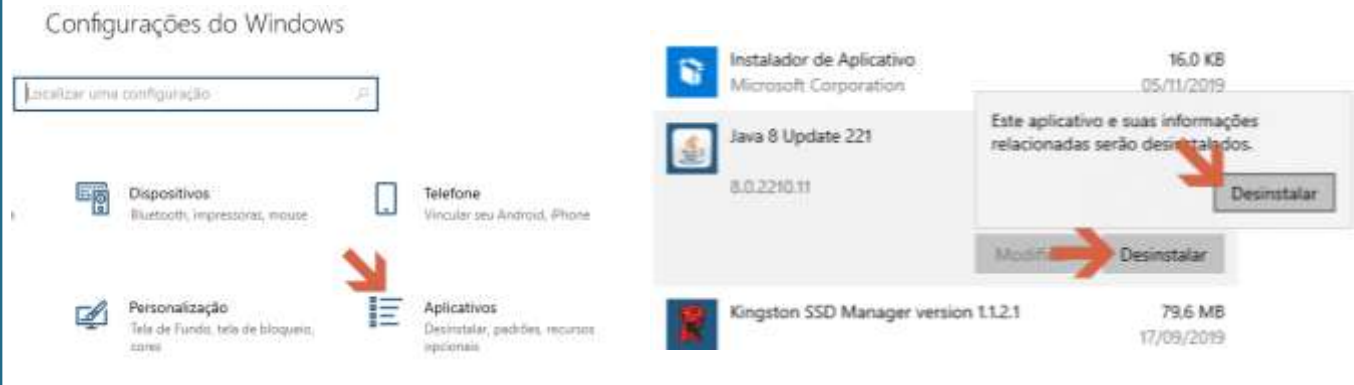
- A – Instalação e configuração do Java
- B – Configuração do Internet Explorer
- C – Atualização dos certificados digitais de acesso ao sistema

Caso, mesmo após seguir as instruções contidas nesse manual o sistema ainda apresente algum problema, entre em contato com a Central de Serviços do Ministério da Economia pelo número (61) 2027-7200.

## A - INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DO JAVA:

### A.1 - DESINSTALAR AS VERSÕES ANTERIORES DO JAVA QUE ESTIVEREM NO COMPUTADOR:

A.1.1 - Abra as configurações do Windows, e em “Aplicativos” localize e desinstale as versões do Java que estiverem no computador:



### A2 - INSTALAR O JAVA 32 BITS

A.2.1 - Acesse [https://www.java.com/pt\\_BR/download/manual.jsp](https://www.java.com/pt_BR/download/manual.jsp) e baixe a versão indicada na imagem ao lado. É imprescindível que seja instalada a versão de 32bits:



Se você usar browsers de 32 bits e de 64 bits intercambiavelmente, será necessário instalar o Java de 32 bits e o de 64 bits para que seja possível ter o plug-in Java para os dois browsers. » [Perguntas](#)  
[Frequentes sobre o Java para Windows de 64 bits](#)

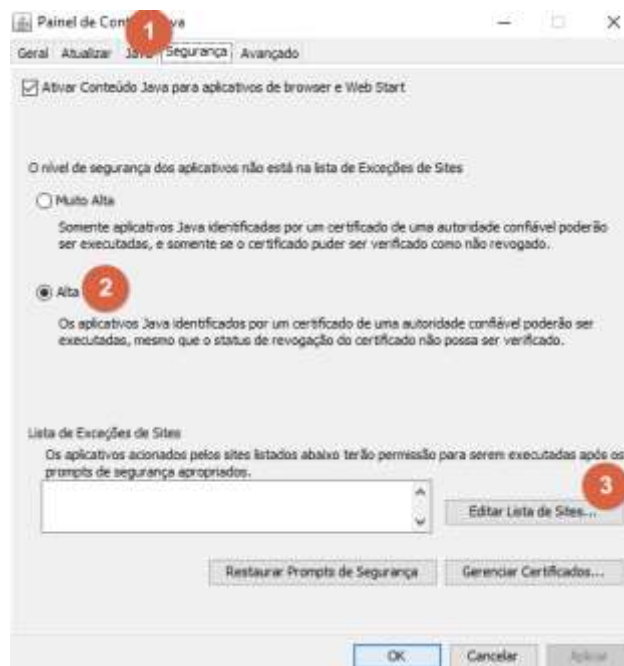
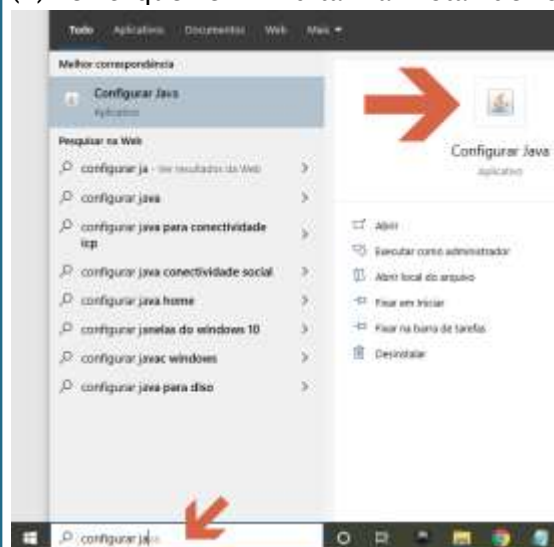
A.2.2 - Abra o arquivo baixado e faça a instalação do Java. Ao final da instalação o sistema exibirá uma mensagem confirmando a instalação. Caso o instalador pergunte se você deseja desinstalar as versões desatualizadas do Java, confirme que sim.



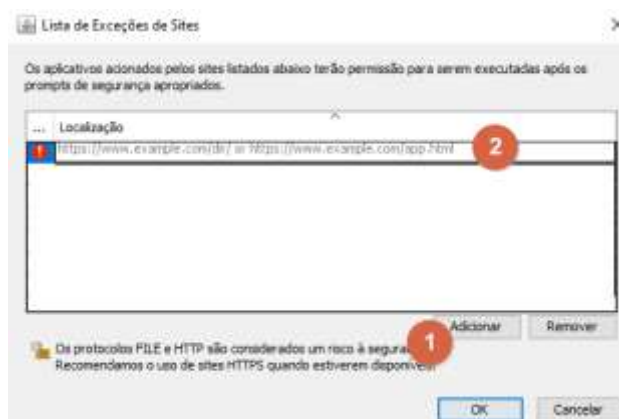


### A.3 - CONFIGURAÇÕES DE SEGURANÇA NO JAVA:

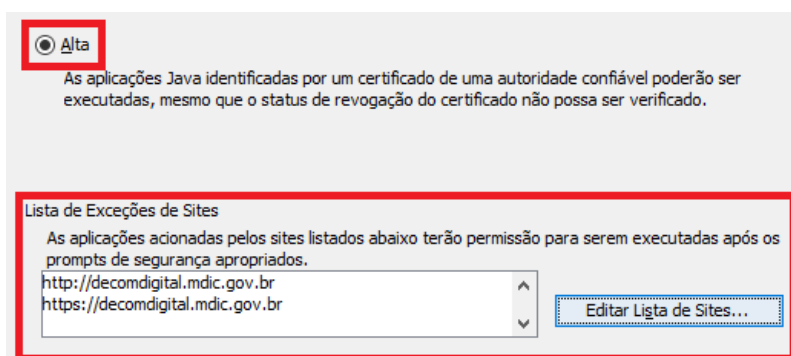
A.3.1 - Clique em Iniciar e pesquise por “Configurar Java”. Na aba Segurança (1), marque a opção “Alta” (2) e clique em “Editar a lista de sites” (3)



A.3.2 - Clique em Adicionar (1) e na linha que se abrir (2), digite os endereços <https://decomdigital.mdic.gov.br> e <http://decomdigital.mdic.gov.br>. Na mensagem de confirmação apresentada, clicar em “Continuar”



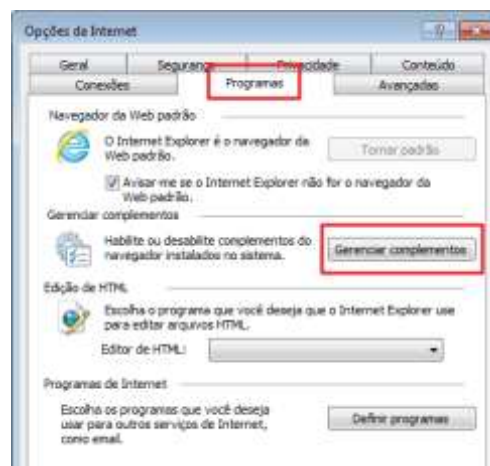
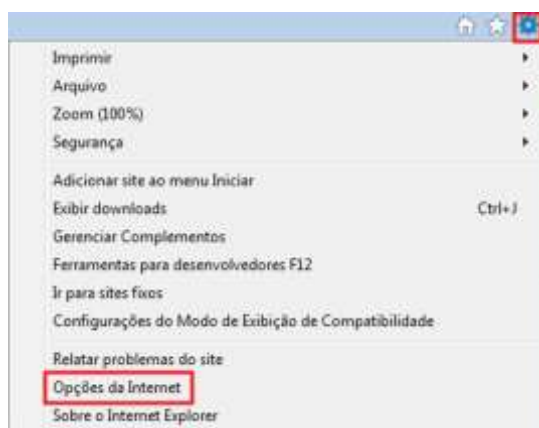
A.3.3 - Clique em Ok. A página de segurança do Java deve estar conforme imagem ao lado, com os dois endereços aparecendo na “Lista de Exceções de Sites. Logo após, feche o Painel de Controle do Java



## B - CONFIGURAÇÃO DO INTERNET EXPLORER

### B.1 - HABILITAR JAVA PLUG-IN:

B.1.1 - Abra o navegador Internet Explorer e, no canto superior direito, clique no botão correspondente a “Ferramentas” e clique em “Opções da Internet”. Logo após selecione a aba “Programas” e clique em “Gerenciar complementos”.



B.1.2 - Selecione “Java™ Plug-in SSV Helper” e clique em “Habilitar”.

Nome	Editor	Status	Arquitetura
Shockwave Flash Object	Microsoft Windows Thir...	Habilitado	32 bits e 64...
Não disponível			
Enviar para o OneNote	Não disponível	Habilitado	32 bits e 64...
Anotações Vinculadas do OneN...	Não disponível	Habilitado	32 bits e 64...
Oracle America, Inc.			
Java(tm) Plug-In SSV Helper	Oracle America, Inc.	Desabilitado	32 bits
Java(tm) Plug-In 2 SSV Helper	Oracle America, Inc.	Desabilitado	32 bits

Mostrar: Complementos carregados

**Java(tm) Plug-In SSV Helper**  
Oracle America, Inc.

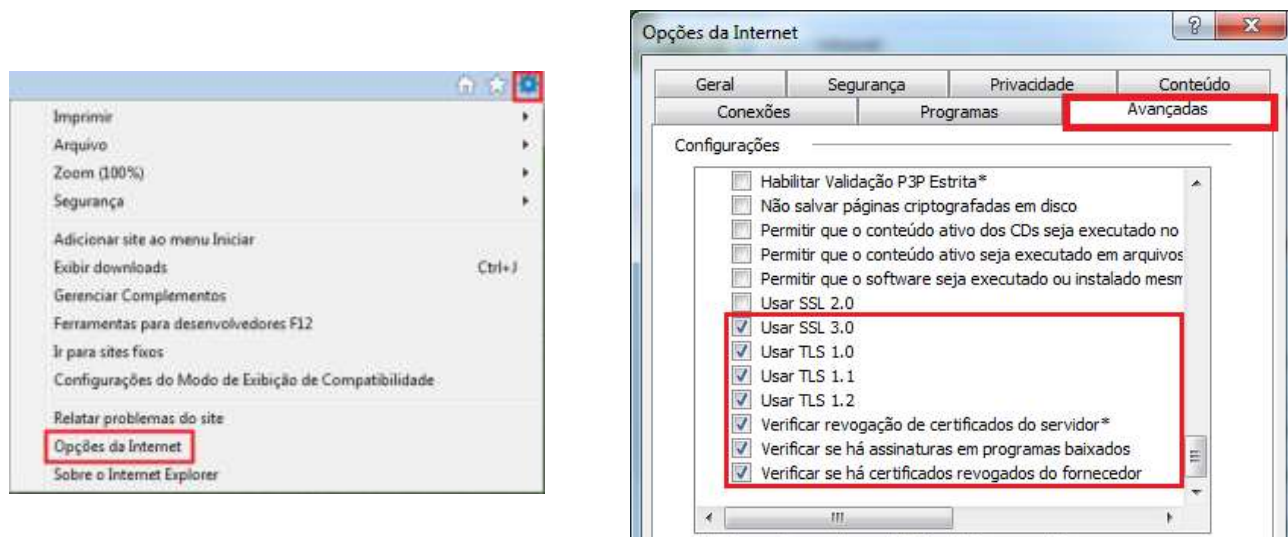
Versão: 8.0.600.27      Tipo: Objeto Auxiliar de Navegador  
Data do arquivo: Ontem, 19 de janeiro de 2016, 17:13  
[Mais informações](#)      [Pesquisar este complemento através do provedor de pesquisa padrão](#)

[Localizar mais barras de ferramentas e extensões...](#)  
[Saiba mais sobre barras de ferramentas e extensões](#)

**Habilitar**      Fechar

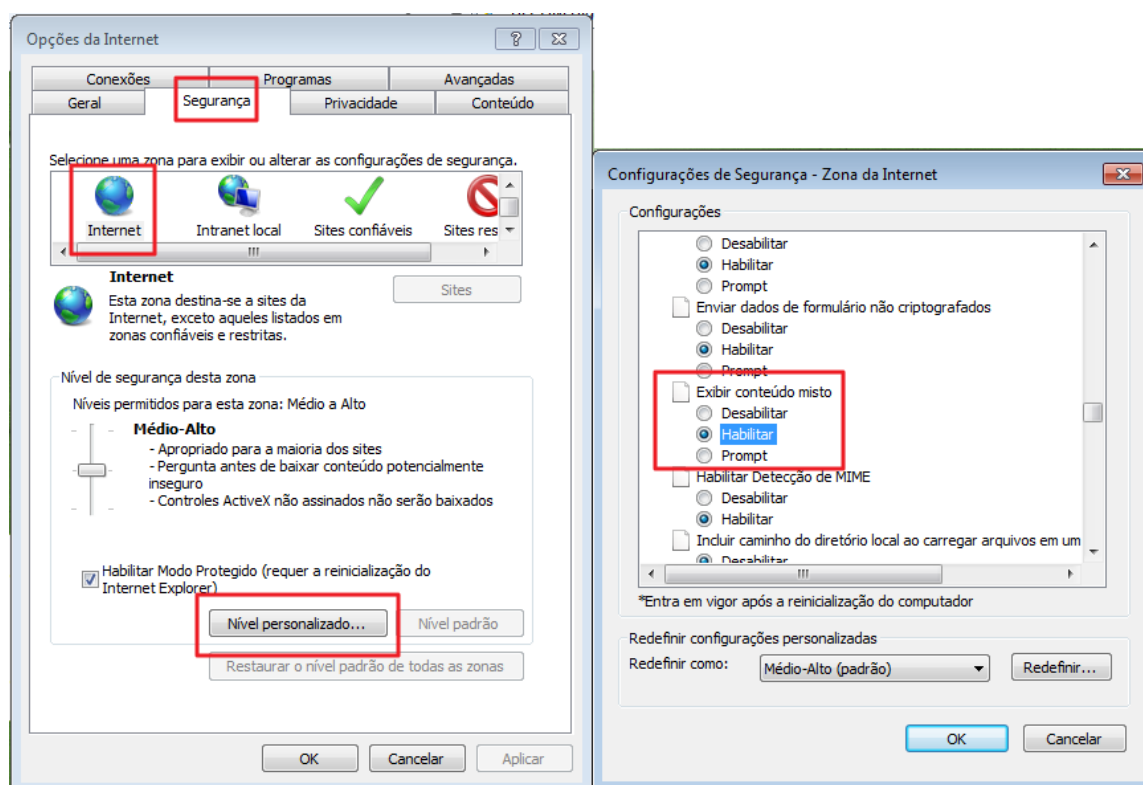
## B.2 - HABILITAR O SSL E TLS:

B.2.1 – No Internet Explorer, entre nas “Opções da Internet”, selecione a aba “Avançadas” e marque os itens listados na figura abaixo e logo após clique em “Aplicar”



## B.3 - HABILITAR O CONTEÚDO MISTO:

B.3.1 – No navegador Internet Explorer entre novamente nas “Opções da Internet”, selecione a aba “Segurança”, clique em “Internet” e na sequência em “Nível personalizado”. Vá até “Exibir conteúdo misto”, dentro de “Miscelânea” e clique em Habilitar.



## C - ATUALIZAÇÃO DOS CERTIFICADOS DIGITAIS DE ACESSO AO SISTEMA

### C.1 - INSTALAR OS DRIVERS E SOFTWARES DO CERTIFICADO DIGITAL

Certifique-se de que o certificado digital esteja corretamente instalado em sua máquina. Siga as orientações da autoridade certificadora para a instalação dos *softwares* e *drives* necessários a seu funcionamento. Após a instalação, faça o teste do certificado digital. A maioria das autoridades certificadoras possuem páginas de teste que podem ser encontradas por meio de uma busca na *internet*.

### C.2 - ATUALIZAR A CADEIA DE CERTIFICADOS ICP-BRASIL

C.2.1 - Entrar no endereço: <https://www.iti.gov.br/navegadores/internet-explorer> e clicar no link destacado

Autoridade Certificadora Raiz Brasileira

**Passo 1:** Clique para baixar os certificados da Autoridade Certificadora Raiz Brasileira;

**Passo 2:** Salve os arquivos em um diretório;

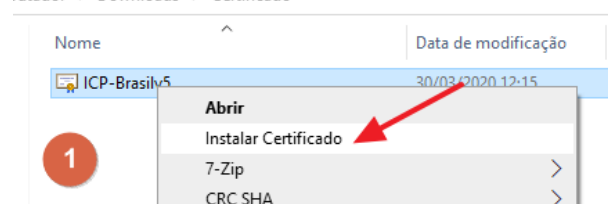
**Passo 3:** Selecione os arquivos salvos com o botão direito do mouse e escolha a opção "Máquina Local";

C.2.2 - Realizar o *download* dos certificados V1, V2, V4, V5, V6, V7, V10 e V11

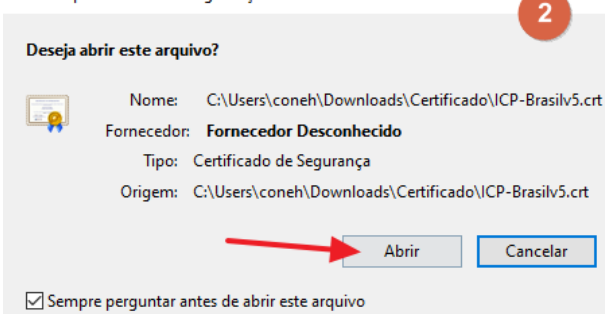
Certificado da AC Raiz da ICP-Brasil - Expirado em 30/11/2011  
 Certificado da AC Raiz da ICP-Brasil v1  
 Certificado da AC Raiz da ICP-Brasil v2  
 Certificado da AC Raiz da ICP-Brasil v3 - Revogado em 26/02/2014  
 Certificado da AC Raiz da ICP-Brasil v4  
 Certificado da AC Raiz da ICP-Brasil v5 - Emitido em 02/03/2016  
 Certificado da AC Raiz da ICP-Brasil v6 - Emitido em 28/12/2018  
 Certificado da AC Raiz da ICP-Brasil v7 - Emitido em 28/12/2018  
 Certificado da AC Raiz da ICP-Brasil v8 - Emitido em 25/09/2018 - Revogado em 18/12/2018  
 Certificado da AC Raiz da ICP-Brasil v9 - Emitido em 25/09/2018 - Revogado em 18/12/2018  
 Certificado da AC Raiz da ICP-Brasil v10 - SSL - Emitido em 01/07/2019  
 Certificado da AC Raiz da ICP-Brasil v11 - Assinatura de Código - Emitido em 01/07/2019

C.2.3 - Clicar com o botão direito em cada um dos certificados baixados e depois em "Instalar Certificado". Logo após, siga a sequência de telas:

Computador > Downloads > Certificado



Abrir Arquivo - Aviso de Segurança



Assistente para Importação de Certificados

3

### Bem-vindo ao Assistente para Importação de Certificados

Use este assistente para copiar certificados, listas de certificados confiáveis e listas de certificados revogados de um disco para um repositório de certificados.

Um certificado, que é emitido por uma autoridade de certificação, é uma confirmação de sua identidade e contém informações usadas para proteger dados ou estabelecer conexões de rede seguras. Um repositório de certificados é a área do sistema em que os certificados são mantidos.

Local do Repositório
☒ Usuário Atual
☐ Máquina Local

Para continuar, clique em Avançar.

Avançar

Cancelar

Assistente para Importação de Certificados

4

### Repositório de Certificados

Repositórios de certificados são áreas do sistema onde os certificados são guardados.

O Windows pode selecionar automaticamente um repositório de certificados ou você pode especificar um local para o certificado.

☒ Selecionar automaticamente o repositório de certificados conforme o tipo de certificado
☐ Colocar todos os certificados no repositório a seguir

Repositório de Certificados

Procurar...

Avançar

Cancelar

Assistente para Importação de Certificados

5

### Concluindo o Assistente para Importação de Certificados

O certificado será importado depois que você clicar em Concluir.

Você especificou as seguintes configurações:

Repositório de Certificados Selecionado	Determinado automaticamente pelo assistente
Conteúdo	Certificado

Concluir

Cancelar

C.2.4 - Repita o passo C.2.3 para cada um dos certificados baixados.



## HABILITAÇÃO NOS PROCESSOS DE DEFESA COMERCIAL

A participação das partes interessadas no curso de investigações de defesa comercial deverá realizar-se por meio de representante legal habilitado junto à SDCOM, por meio da apresentação da documentação pertinente nos autos restritos do SDD.

Na primeira vez que o usuário envia documentos para um determinado processo é preciso utilizar a aba “Partes não habilitadas”. Por meio dessa aba é possível enviar tanto os documentos de habilitação que permitirão o acesso ao processo quanto a resposta ao questionário.

A representação dar-se-á, via de regra:

- (1) Por meio de seus presidentes, diretores, administradores ou qualquer outro funcionário, conforme poderes a eles estabelecidos em ato constitutivo (contrato social ou estatuto social e suas alterações) e, quando cabível, em ata de assembleia e termo de posse.
- (2) Por meio de mandatário constituído mediante instrumento de mandato público ou particular, não sendo aceitos instrumentos que confirmem exclusivamente poderes ad judícia

Caso o certificado digital utilizado para o envio dos documentos esteja em nome da pessoa indicada na primeira hipótese, é necessário apresentar apenas os atos constitutivos. Porém, caso o certificado digital seja de pessoa diversa, será necessário apresentar os atos constitutivos e o documento de mandato (procuração).

Uma vez concluído o procedimento de habilitação pela SDCOM, o usuário poderá acessar os autos restritos do processo no qual se habilitou por meio da aba “Processos” do SDD, consultar documentos dos autos e submeter as manifestações que julgar necessárias por meio da aba “Processos” do SDD.

### Atenção:

Os atos constitutivos e instrumentos de mandato devem ser protocolados no SDD sob a classificação “Restrito”. Caso esses documentos sejam classificados como “Confidencial” a habilitação será indeferida.

## PASSO A PASSO PARA O ENVIO DOCUMENTOS NO SDD

Para enviar um documento pela primeira vez para um processo, utilize a aba “Partes não habilitadas” execute as instruções a seguir.

### Atenção:

Para participar de uma investigação de defesa comercial em curso **é obrigatório que os documentos sejam protocolados no mesmo processo no qual tramitam os demais documentos da investigação**. O número do processo pode ser consultado na notificação recebida ou na página de investigações em curso: <http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/defesa-comercial/305-assuntos/categ-comercio-exterior/defesa-comercial-e-interesse-publico/defesa-comercial-2/851-investigacoes-em-curso>

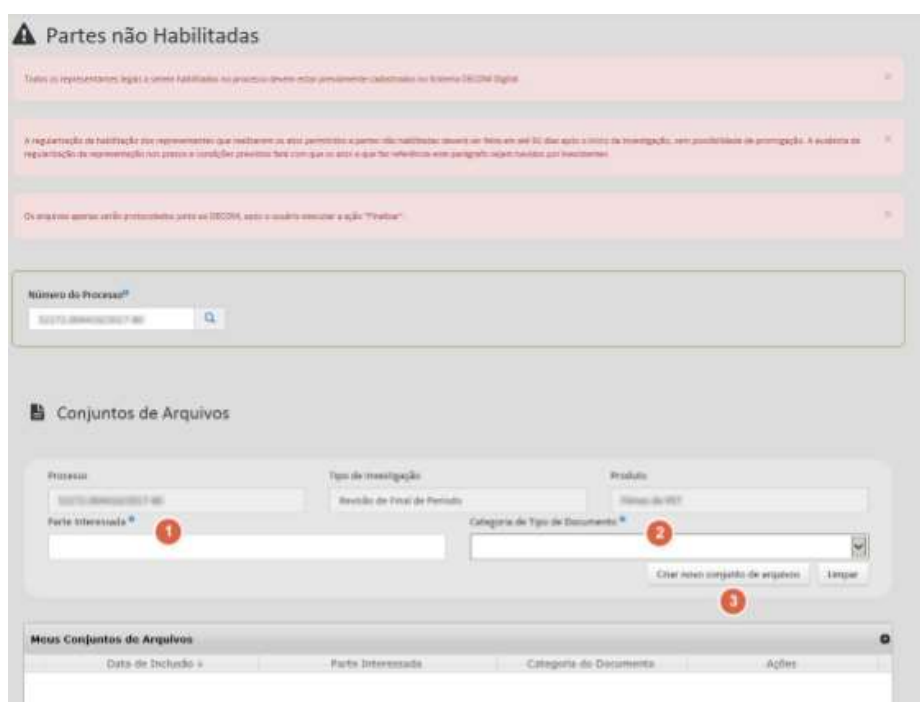
Se o usuário ainda não se habilitou no processo, o envio deverá ser feito pela aba “Partes Não Habilitadas”. Após a regularização da habilitação o processo será mostrado na aba “Processos” e será possível enviar documentos diretamente por esta aba.



Entre no menu “Partes não habilitadas”. Caso a mensagem abaixo apareça, clique em “Mostrar todo o conteúdo”. Em seguida, entre com o número do processo e clique no ícone da lupa. O número do processo pode ser consultado na notificação recebida ou na página da investigação, disponível em <http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/defesa-comercial/305-assuntos/categ-comercio-exterior/defesa-comercial-e-interesse-publico/defesa-comercial-2/851-investigacoes-em-curso>



Em seguida, entre com o número do processo e clique no ícone da lupa. a seguinte página deverá ser carregada. Preencha os campos “Parte Interessada” (destacado por “1” na figura abaixo) e “Categoria de Tipo de Documento” (destacado por “2” na figura abaixo) e em seguida clique em “Criar novo conjunto de arquivos” (destacado por “3” na figura abaixo). Confirme a operação clicando em “Ok” na caixa de mensagem que irá aparecer. Aguarde até que seja concluída a criação do conjunto de arquivos



Com o conjunto de arquivos criado, clique em “Anexar” para adicionar documentos ao conjunto



A seguinte página será carregada:

Enviar Arquivos

Ao clicar em "Salvar arquivos no conjunto", os arquivos serão adicionados ao conjunto. Os documentos somente serão efetivamente protocolados junto ao DECOM Digital, quando o usuário clicar em "Finalizar" na aba "Conjunto de arquivos".

**Número do Processo:** 52272.004410/2017-80

**Parte Interessada:** Importador

**Categoria do Documento:** Habilitação

Documentos

Adicione um ou mais arquivos:

Tipo de Documento 1

Tipo de Auto 2

Descrição 3

Adicionar Arquivo(s) 4

Remetente	Destinatário	Categoria	Tipo de Doc...	Tipo de Auto	Documento	Descrição	Doc. Vincula...	Status	Opções

Limpar

Salvar arquivos no conjunto 5

1.0.43

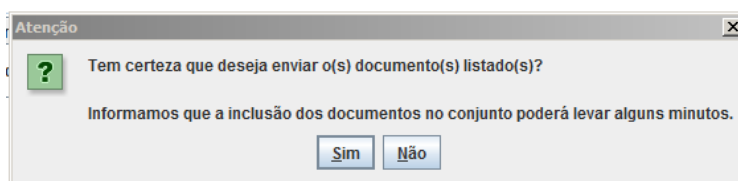
100%

Fechar

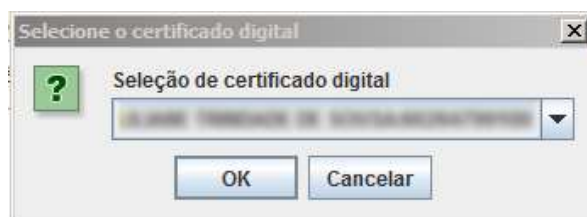
Preencha os campos “Tipo de Documento” (destacado por “1” na figura acima), “Tipo de Auto” (destacado por “2” na figura acima) e “Descrição” (destacado por “3” na figura acima). Clique em “Adicionar Arquivo(s)” (destacado por “4” na figura acima). Repita esse procedimento para cada arquivo a ser enviado e ao final clique em “Salvar arquivos no conjunto” (destacado por “5” na figura acima).

Caso a página carregada não contenha os campos destacados, certifique-se de que a configuração foi executada corretamente. Se mesmo após a configuração a página ainda não for carregada, entre em contato com o suporte pelo número (61) 2027-7200

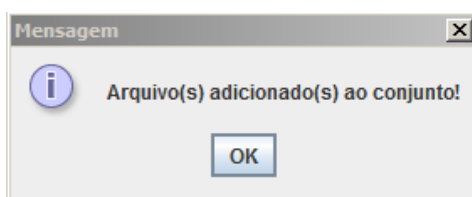
Confirme a adição dos arquivos ao conjunto clicando em “Sim” na mensagem que irá aparecer:



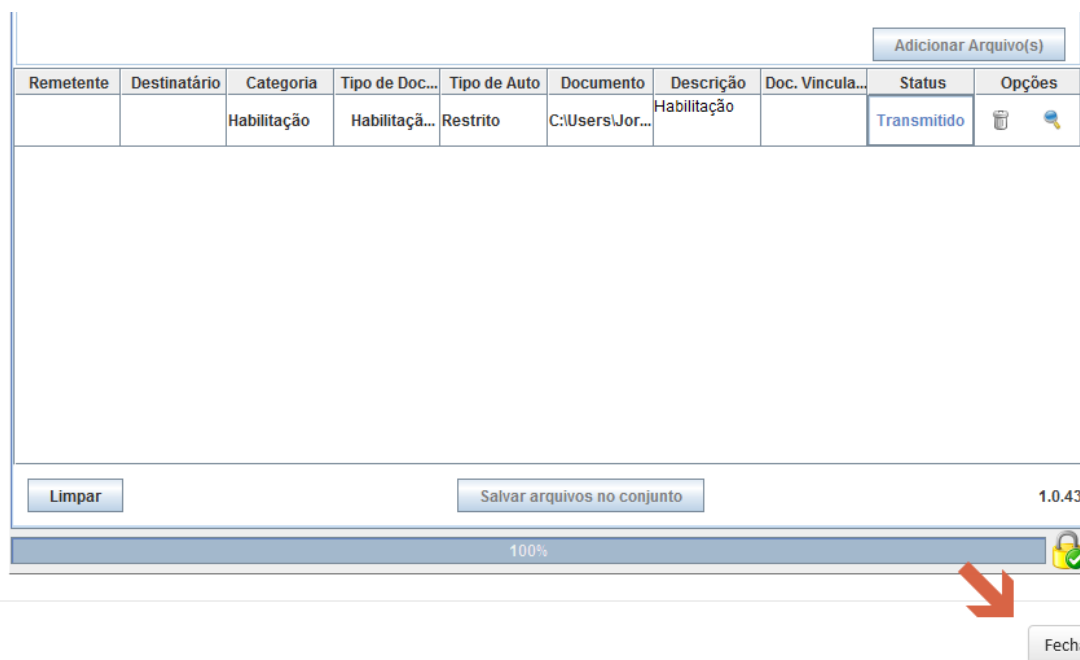
Em seguida escolha o certificado digital que será utilizado para a assinatura dos arquivos adicionados ao conjunto:



Aguarde até que o envio seja concluído e a seguinte mensagem apareça



Clique em “Ok” e em seguida no botão “Fechar” explicitado abaixo



A tela que apresenta os conjuntos de arquivos ficará visível novamente:



Como pode demorar alguns segundos até que os arquivos apareçam no Conjunto de Arquivos, clique no ícone de “refresh” (destacado por “2” na figura acima) para recarregar as informações dos conjuntos de arquivos. Para conferir se os arquivos foram juntados ao conjunto clique no ícone “+” (destacado por “1” na figura acima) e verifique se todos os arquivos enviados estão na lista apresentada.



Na lista carregada ao se clicar no símbolo “+”, também é possível realizar as seguintes ações:

- visualizar os arquivos anexados ao Conjunto de Arquivos clicando no link presente no campo “Documento” (destacado por “1” na figura acima); e
- excluir arquivos do conjunto, clicando no ícone de “lixeira” (destacado por “2” na figura acima).

Ao se clicar em “Finalizar” a seguinte mensagem irá aparecer:



Clique em “Ok” para confirmar o envio de arquivos para a investigação.



Após a finalização do conjunto de arquivos, a opção de salvar ou abrir o recibo da transmissão será aberta automaticamente (caso isso não ocorra, verificar o bloqueador de pop-ups do seu *browser*) e a seguinte mensagem será carregada, dando a opção de visualizar o recibo clicando-se em “Visualizar Recibo”.

### Observações:

- 1) Apenas após finalizar o conjunto de arquivos é que os documentos terão sido efetivamente protocolados junto à SDCOM.
- 2) O recibo não mais será salvo automaticamente na máquina do usuário. Quando o conjunto for finalizado e o recibo for apresentado, o usuário deverá salvá-lo manualmente em seu computador.